

**Do coletivo ao privado: mudanças nas sociabilidades em duas gerações de uma
localidade da periferia de Florianópolis (1990-2010)**

*From the collective to the private life: change in the sociability in two generations in the
periphery sites in Florianópolis (1990-2010)*

Francisco Canella
UDESC

franciscocanella@hotmail.com

Resumo: Este trabalho, que tem como base empírica os relatos orais dos moradores e observações etnográficas, discute as percepções de passado e presente dos antigos sem-teto que participaram das lutas pela moradia; e a comparação das sociabilidades entre a primeira geração (a dos sem-teto) e a segunda geração (a dos filhos dos sem-teto) da localidade. As análises revelam deslocamentos no sentido do político, os quais estão relacionados às mudanças nas condições de vida moradores e ao novo lugar simbólico ocupado pelas localidades de periferia de Florianópolis.

Palavras-chave: sociabilidades; gerações; periferia urbana

Abstract: This paper, based on empirical oral accounts of the dwellers and ethnographic observations, discusses the perceptions of past and present of the former homeless who participated on the struggles for housing; and the comparison between the sociability between the first generations (homeless) and the second generation (the homeless 's children) of the place. The analysis reveal displacements in the political sense, which are related to the changes in the life conditions of the inhabitants, and to the new symbolic site occupied by the periphery sites in Florianópolis.

Keywords: sociability; generations, urban periphery

Em 1992, na cidade Florianópolis, um grupo organizado de sem-teto entrava em suas casas após quase dois anos de lutas por moradia. Suas mobilizações envolveram a ocupação de terrenos e a autoconstrução das casas, em regime de mutirão. Setores politicamente progressistas de Florianópolis (na época com 280 mil habitantes) viram na vitória desse movimento um importante avanço para a pacata e conservadora capital de Santa Catarina.

Durante o período de ocupação e nos primeiros anos após a conquista das casas, conseguiram manter uma intensa mobilização coletiva, alimentada por uma utopia de cidade baseada na união dos moradores, cuja continuidade traduzia-se, por exemplo, na recusa, nos anos imediatamente após a ocupação, em não organizar uma associação de moradores

centralizada, nos moldes tradicionais, mas optar pelo funcionamento através de comissões por ruas da localidade.

No entanto, a trajetória dos moradores, nos anos que se seguiram à ocupação e ao mutirão, é bastante reveladora quanto aos processos de segregação da cidade. Essa dinâmica de sociabilidades, marcada por um claro componente político e utópico, (traduzido na noção de comunidade), não era mais ali encontrada no momento em que retomei contato com os moradores, no final da década passada (anos 1990). Ao contrário, as sociabilidades estavam então marcadas pela desarticulação coletiva e pela privatização do cotidiano. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa da coletividade. Não se percebia qualquer contrapartida associativa (mesmo que não política) ou espaços locais que articulassem os moradores em alguma forma de vivência coletiva, predominando o encerramento dos moradores em suas vidas privadas. Havia uma situação de fragmentação na convivência dos moradores, com uma associação (ou o que sobrara dela) reproduzindo relações de tipo clientelista com políticos e com o poder público (inclusive se transformando em espaço para promoção de políticos que visavam se candidatarem em eleições). Algo bastante distante daquele ideal comunitário sonhado uma década antes.

As trajetórias das gerações

A pesquisa da trajetória de vida dos moradores da primeira geração aponta para o fato de que o movimento coletivo foi a saída encontrada por eles para responder a uma necessidade pontual, que era a de moradia. E obtiveram sucesso: o reconhecimento da importância da ocupação para as suas vidas traduziu-se na forma de reconhecimento ao movimento e àqueles que os apoiaram (CANELLA, 2010). O que, anos depois, para muitos passou a ser interpretado como uma crise do movimento, ou das sociabilidades internas à localidade (“uma crise da comunidade”), está, na verdade, relacionado a uma transição onde as estratégias coletivas, não mais proporcionando melhorias nas condições de vida, passaram a lançar mão de estratégias individuais. A perda de uma sociabilidade marcada pela solidariedade e cooperação mútuas, que proporcionava momentos de prazer, foi o preço pago por essa opção por estratégias individuais.

Os movimentos sociais, tais como os que deram origem à Nova Esperança, não encontraram maior ressonância na cidade a partir de meados dos anos 1990. A segunda

geração da Nova Esperança não pode contar com a possibilidade de participação num movimento coletivo para conquistar seu espaço na cidade. A conquista da casa própria (um bem tão valioso em classes populares) para a nova geração passa por outras alternativas. No entanto, se não existiu essa alternativa para os jovens da segunda geração da Nova Esperança, há que se considerar que tampouco eles buscaram criar essa alternativa coletiva. Mas é igualmente necessário considerar que há um importante diferencial com relação à geração anterior situa-se no encolhimento do campo de possibilidades de inserção na cidade: não contam com movimento organizado, enfrentam problemas de desemprego. Se os problemas se impõem externamente à vontade dos sujeitos, as respostas a esses problemas dependem dos projetos e escolhas dos atores sociais. Se há restrições, e o encolhimento dos movimentos é uma delas, elas interagem com os desejos e vontades dos jovens, que se traduzem em escolhas. Em suma seus, projetos. Por sua vez, a compreensão dessa interação entre as escolhas e as possibilidades depende do exame atento das trajetórias dos atores. No caso, atores juvenis, que se colocam em novas situações e vivem sob outra condição, diferente da de seus pais.

Incorporar esse componente geracional à análise local, num estudo que busca fugir às homogeneidades e simplificações, implica em trazer à reflexão uma dimensão que traduz muitas das tensões das sociedades contemporâneas. Cada vez menos pertencer a uma das categorias etárias socialmente reconhecidas, tais como velho ou jovem, implica em um padrão único de comportamento e em atitudes que correspondam à idade cronológica, como nos coloca Myriam Lins-de-Barros (2006). Segundo a autora:

A complexidade da sociedade contemporânea apresenta aos indivíduos um espectro amplo de possibilidades para vivenciar os momentos da vida e as passagens de uma etapa para outra do curso da vida. (...) Essa própria pluralidade, captada pelas ciências sociais, é concebida também como um valor social contemporâneo. As idades deixam de ser concebidas como referências cronológicas fundamentais para a inserção dos indivíduos na sociedade moderna, cuja organização social regulamenta direitos e deveres segundo as idades. Estas passam a ser compreendidas na contemporaneidade como estilos de vida, que podem ou não ser adotados e que definem fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como se pode ver ao se tratar a juventude ou a „terceira idade” como um modo de ser e de estar no mundo. (LINS-DE-BARROS, 2006: 21).

Mas com relação a esses modos de “ser e de estar no mundo” é importante observar que a pluralidade de estilos de vida não implica na relação de equivalência entre eles: na

sociedade moderna há uma maior valorização do estilo de vida associado à juventude. Como observa Guita Debert, “a característica marcante desse processo é a valorização da juventude que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico”, sendo que “a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo” (DEBERT, *apud* PERALVA, 1997:23).

As idades deixam de ser referências cronológicas e implicam em ruptura com padrões e atitudes da geração anterior, afirmando os estilos de vida, que se referem às mudanças entre as gerações. Nessa perspectiva, os conflitos geracionais podem ser entendidos como a defesa de padrões únicos de comportamento por instituições que Gilberto Velho (1999) denomina como instituições encompassadoras, que limitam o movimento na direção da liberdade de estilos de vida preconizados pelo individualismo moderno.

É possível, assim, analisar como parte de processos de individualização as práticas dos jovens que reduzem nas suas sociabilidades e projetos de vida a presença da família e daquelas instituições que os vinculam ao plano local. Esse processo está presente entre os jovens de periferias, tal como o grupo por nós investigado⁶. Mas não só entre eles: é possível pensar nessa individualização também entre o conjunto dos moradores da Nova Esperança. Tal como em outras localidades urbanas pobres, a fofoca se faz presente entre os moradores, e a reação a ela por parte dos moradores mais antigos (que a apontam recorrentemente como um dos principais problemas da convivência no plano local) pode ser interpretada como uma demanda por maior privacidade no cotidiano vivido na localidade. Como observa Elias, o processo de individualização se ampliou ao longo dos séculos de grupos bastante seletos e restritos da sociedade para um conjunto maior da sociedade.

E, à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro de sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. Mas também têm que decidir muito mais por si. Não apenas podem, mas devem ser mais autônomos. Quanto a isso, não têm opção. (ELIAS, 1994: 102).

No entanto, a explicação de Elias deve ser tomada, no caso aqui analisado, não como fato, como algo dado, mas como tensão. Se olharmos, por exemplo, os casamentos e a forma como muitos dos jovens se relacionam com os papéis sociais que o seu meio lhes atribui, as referências cronológicas da geração anterior se colocam com muita força entre eles. Mas

percebi também que existe introjetado nos jovens a expectativa de serem mais autônomos, e nisso talvez esteja a chave para a compreensão de muitos conflitos.

Nesse artigo, a escolha para a elucidação dessa tensão no que denomino como processo de individualização foi por meio da análise de dois aspectos da vivência de sua juventude. De um lado, a relação com os espaços coletivos existentes no plano local. De outro, a relação com o consumo de massas. Para tanto, trato aqui do exame da trajetória de um dos jovens, cuja inserção nos espaços da cidade e na vida adulta condensa muitas das características desse processo na vida de outros jovens de sua vizinhança.

A trajetória de Renato

Renato tinha apenas quatro anos de idade quando ocorreu a ocupação. Em sua infância, participou nos projetos que eram oferecidos à comunidade por ONGs comprometidas com o combate à exclusão social. Em que pese esse vínculo da localidade onde nasceu com a história de lutas sociais e enfrentamentos políticos, não só Renato, mas toda a sua geração terá uma trajetória bastante distinta da de seus pais. A comparação na dimensão política oferece elementos interessantes para a reflexão acerca das mudanças geracionais na localidade. E são esses elementos que pretendemos destacar não só na história de Renato, mas na de todos os outros jovens de sua geração, com quem Renato compartilhou uma série de experiências comuns no âmbito coletivo.

Renato, assim como a maioria dos jovens da Nova Esperança, é bem menos articulado que sua mãe em termos políticos, se tomarmos como parâmetro a participação política convencional. Não teve participação em espaços políticos tais como de grêmios estudantis, mas teve forte protagonismo na sua escola. Em seus relatos, ressaltou o quanto teve papel de liderança na turma, nos momentos em que era necessário questionar os professores, seus critérios de avaliação, ou sua autoridade disciplinar. Tinha por hábito colocar-se à frente e falar por todos os colegas. Renato orgulha-se disso.

Também nos projetos dentro da comunidade essa característica se fez presente. De espírito carismático e forte magnetismo pessoal, sempre soube cativar aqueles que estavam à sua volta. No projeto dos bombeiros juvenis, desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros, recebeu apoio dos coordenadores das atividades e sempre foi incentivado para que prosseguisse nos estudos – recorde durante uma das entrevistas que um deles chegou a sua casa pra entregar-

lhe apostilas para um concurso. Em outra ocasião, mostrou-me um equipamento para escaladas que ganhou de presente de um dos instrutores.

A sua trajetória apontou para a reflexão de muitos analistas do tema da juventude brasileira contemporânea e a participação política. Tal reflexão se faz necessária porque havia, da parte daqueles que implantavam os projetos na Nova Esperança (grupo no qual me incluo) uma preocupação em incorporar os jovens do projeto, na época de sua implantação, com a participação na associação. Fruto de outro momento político do país, a participação política desses jovens deve ser pensada em outros termos. Esse é o pressuposto que orienta Paulo Krischke em suas análises sobre cultura política e participação política no Brasil, o tipo de participação que esperamos (ou cobramos) dos jovens está relacionado a outro modelo de participação e de juventude, extraído muitas vezes, de outras realidades sociais.

Muitas vezes os pesquisadores e as lideranças investem na juventude expectativas de mudança extraídas de outros contextos, que não condizem com a trajetória histórico-cultural do país nem com os incentivos e condições abertos à sua participação (KRISCHKE, 2005: 323-4).

Na mesma direção dessa crítica de Krischke, Marília Spósito (2005) observa que se assume como parâmetro de análise o modelo de participação constatado em outras décadas, tal como, por exemplo, a participação estudantil. Destacando a motivação dos jovens com relação aos temas culturais em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política (219), Spósito arrola toda uma diversidade de práticas coletivas entre os jovens, ainda pouco visíveis e escassamente investigadas, tais como: a produção e circulação de meios de informação, como fanzines, rádios comunitárias, produção de vídeos e de redes via Internet; os agrupamentos partir do local de moradia como interesses em lazer, entretenimento e esporte, perceptíveis em atividades como passeios de bicicleta, caminhadas, grupos de skatistas, escalada em viadutos e pontes; associativismo em torno de ações comunitárias, voluntárias ou de solidariedade, voltadas para combate à exclusão, meio ambiente, qualidade de vida e saúde; a aglutinação juvenil a partir do mundo do trabalho, em experiências como empresas juniores e cooperativas de autogestão solidária.

No caso de Renato, pode-se argumentar que as mesmas características que o tornaram uma liderança entre os jovens de sua localidade, não são as mesmas que o conduziram em outro contexto, a se transformar em uma liderança de movimento político. Bem falante, articulado, confiante, com magnetismo pessoal (carismático), corajoso no enfrentamento com

autoridades. Junto com outro jovem foi liderança do grupo Ação Radical, o qual, a partir do apoio da Universidade, realizava atividades de rapel, escaladas, trilhas, além da formação nos bombeiros juvenis, que envolvia uma formação bastante prática, incorporando as habilidades dos esportes radicais, além de testes de sobrevivência.

No entanto, sem o apoio da Universidade, e sem o apoio dos bombeiros, o grupo não teve continuidade. Por outro lado, o final dessas atividades e a dissolução do grupo coincidiram com a entrada na vida adulta, quando muitos começaram a assumir responsabilidades da vida adulta. Aqui, observa-se um componente classista em suas trajetórias: em outras classes sociais, tanto a idade como a existência de recursos financeiros, ou de recursos sociais para mobilizar os recursos financeiros (a capacidade de articulação social), talvez permitissem uma continuidade do grupo. Nesse caso, teríamos então o que se convencionou chamar de prolongamento da juventude.

Assim, alguns elementos que não corresponderiam ao estilo de vida jovem (no modo como tem sido veiculado tanto pela mídia como pela literatura sociológica), se fizeram presentes muito cedo nas trajetórias desses jovens. No caso de Renato, é muito marcante em suas falas a busca da ascensão social, onde o trabalho e o comportamento de poupança, no contexto de uma família bem organizada, são meios importantes para chegar a essa meta. Mais do que reprodução de um padrão familiar (lembro que tais elementos não estiveram presentes em muitas famílias da primeira geração da localidade, até mesmo pela própria precariedade das condições que vivenciavam) a defesa dessas práticas por parte de Renato pode ser interpretada como ruptura de um ciclo que aprisiona os jovens a uma dinâmica de violência.

Sua afirmação dos valores da família também nos sugere considerar a observação de Gilberto Velho (1999) de que os projetos individuais, no contexto de uma sociedade marcada por uma ideologia individualista, não significa necessariamente afirmação de um estilo de vida que rompa com as configurações de valores e instituições tradicionais, as “unidades encompassadoras”. A ruptura com o passado de militância política e participação comunitária da geração anterior não tem que se traduzir obrigatoriamente, na trajetória de Renato, em um estilo de vida individualista. A afirmação de estilos de vida, em oposição às referências cronológicas, não ocorre sem ambigüidades. Segundo Gilberto Velho, tais ambigüidades seriam a própria marca da vida na sociedade moderna.

Outra dimensão destacada por Renato tem a ver com a questão do isolamento social, a qual parece ser menor do que a mãe. Em sua trajetória, observa-se uma inserção maior nos espaços da cidade. A experiência de trabalho na Assembleia Legislativa pode ser tomada como experiência de reconhecimento de outro espaço social, de contato com outro universo social – e da percepção das habilidades necessárias para enfrentar esse meio. Mais do que a declarada experiência de conhecer a política, o importante é que Renato destaca que viu, que presenciou, que incorporou no seu rol de experiências o contato com um mundo que até então lhe foi sempre bastante distante. Parece não ter aprendido muito de política, mas aprendeu de convívio com o ambiente dela:

Passou a sentir-se mais parte da cidade onde vive. No entanto, sua trajetória não significou apenas uma adesão ao individualismo de massas (PERALVA, 2000). Renato diferencia-se dos outros jovens destacando esse aspecto, e posicionando-se criticamente com relação ao consumo. Isso relativizando a análise de Peralva, pois em sua percepção há uma séria crítica ao consumismo de muitos outros jovens, embora essas atitudes de consumo estejam também presentes no comportamento de Renato, como, por exemplo, sua fixação em ter automóveis ou motocicletas. Mas, na percepção que tem de si mesmo, sua relação com o consumo é moderada, e explica muitas das suas escolhas, se comparadas com a de outros jovens. Criticando muitos dos jovens que se inserem no mundo da criminalidade, Renato diz:

Eles quiseram ter as coisas e não quiseram trabalhar. Quem vem dizer pra mim, hoje, assim, “ah, eu uso droga e não como”. Não, aí, ele... eu sei, eu vivi, eu sei, os meus amigos têm a mesma idade que eu, estudamos nove anos, estudamos quase a mesma coisa, porque eu consegui e eles não conseguiram? Entendeu? Eu acho assim, ó, não me bota na cabeça “ah, por causa da educação, não sei o que...” não é porque tu tem que entender o que tu quer... entendeu? “ah, eu quero um carro”, então, pô, então trabalha... trabalha, entra um dinheirinho, compra um carrinho, depois vai indo, entendeu? Não, eles já querem um Golf...(RENATO, 22 anos)

Renato traça caminhos que o distanciam da geração anterior: muito mais voltado para sua ascensão individual, não desenvolve práticas associativas, ao contrário de sua mãe, que fez da participação política e comunitária um modo de vida. Mas a sua ruptura com relação ao comunitarismo, aos laços locais, seu processo de individualização (nos termos de Elias), pode ser pensada como a escolha que o afasta do risco comum aos jovens de seu meio. Por outro lado, pode ser pensada como a presença elementos de permanência com relação à geração anterior, ao assumir as referências cronológicas de seu meio, tornando-se pai, trabalhador,

adotando uma ética do provedor (ZALUAR, 2000). O projeto de Renato, assim, se rompe com o comunitarismo e o militantismo da geração anterior e com os laços sociais locais, reafirma os valores da família. Por trás da ética do provedor, um projeto.

Conclusões

A trajetória de Renato guarda muito em comum com a de outros jovens de sua localidade. Um destes aspectos, e que os diferenciam da geração de seus pais no que diz respeito à participação em espaços coletivos locais, é uma sociabilidade que se desenvolve em projetos educativos e, a partir deles, a inserção em novos espaços. Os projetos não lhes criaram alternativas profissionais, mas lhes proporcionaram uma maior inserção social. Criaram também a possibilidade, de um lado, de fugirem a um destino comum a muitos de seus vizinhos, de criminalidade ou de vício. De outro lado, proporcionaram-lhes a oportunidade de uma maior inserção no mundo da cidade, dando-lhes as ferramentas para, a partir de suas individualidades, buscarem alternativas para suas vidas. Por exemplo, a possibilidade de mesmo não se profissionalizando, tentarem uma profissionalização, tal como aconteceu com alguns desses jovens. Ou de terem sonhos que lhes fizessem romper com amarras locais.

Referências

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. Educação intercultural e comunidades de periferia: limiar da formação de educador@s. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BURITY, Joanildo A. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. In: AMARAL Jr., Aécio e BURITY, Joanildo A. *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo, Annablume, 2006.
- CANELLA, Francisco. Lembranças do passado e sentidos do presente: notas sobre o sentimento de união em uma localidade da periferia de Florianópolis (1990 – 2010). In:

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (org). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. Teresina, EDUFPI; Imperatriz – MA, Ética, 2010.

_____. A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

FANTIN, Maristela . Construindo Cidadania e Dignidade. 1. ed. Florianópolis - Santa Catarina: INSULAR, 1997. v. 1. 284 p.

FRANZONI, Teresa. 1993. As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina. PPGAS/UFSC.

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

LEITE, Márcia Pereira. Assim na terra como no céu: entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas de violência. VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, setembro de 2004.

LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, cidade e geração, perspectivas femininas. In LINS DE BARROS, Myriam (org.). Família e gerações. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais na sociedades complexas. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação. 1997, n 5 mai/jun/jul/ago, n.6 set/out/nov/dez, p. 5-14.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia F, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação. 1997, n 5 mai/jun/jul/ago, n.6 set/out/nov/dez, p. 15-24.

SILVA, Ana Amélia. A luta pelos direitos urbanos em São Paulo: representações de cidade e cidadania. XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, out. 1990.

SPÓSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.